



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO  
REITORIA  
COORD DE GESTAO DE REGISTROS DE PRECOS

OFÍCIO N.º 19/2022 - CGRP-PRA/DALC-PRA/DLA-PRA/PRO-ADM/RET/IFSP

São Paulo, 15 de junho de 2022.

À PRF junto ao IFSP

Assunto: Resposta ao PARECER n. 00628/2022/CONSUL/PFIFSÃO PAULO/PGF/AGU

Processo nº 23305.008145/2022-43

RP 2022 - CONSUMO - MATERIAL DE CONSUMO PARA OS JOGOS DOS INSTITUTOS FEDERAIS - IRP 27/2022 - SRP 27/2022

Atendendo aos itens apontados pelo Parecer supracitado, seguem esclarecimentos e medidas atendidas abaixo:

**Item 13.** *Deve ser atestado nos autos, outrossim, que a presente contratação está contemplada no Plano Anual de Contratações da entidade, em atendimento à Instrução Normativa nº 01/2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.*

**Resposta:** Em relação à SRP supracitada, a estimativa de itens para o Órgão Gerenciador consta incluída no Plano Anual de Contratações. Quanto aos Campus Avançados vinculados à UG 158154 e Câmpus Plenos (Órgão Participantes), é de suas responsabilidades a inserção dos itens e respectivos quantitativos no PAC para que haja alinhamento entre a contratação e o planejamento, conforme orientado em Comunicado enviado aos participantes.

**Item 20.** *Alerta-se, no entanto, para a necessidade de juntar ao feito, antes da celebração do contrato administrativo ou do instrumento equivalente, comprovante de empenho suficiente para o suporte financeiro da respectiva despesa, em atenção ao disposto no art. 60 da Lei nº 4.320/64.*

**Item 21.** *Alerta-se, ainda, que eventual falta de verba orçamentária no presente momento, por si só, não é causa para se utilizar o registro de preços, já que as hipóteses previstas no artigo 3º, do Decreto 7.892/13 são taxativas, conforme entendido pela Controladoria Geral da União no Parecer nº 109/2013/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo Consultor Geral da União em 18.11.2014: [...]*

**Resposta:** A previsão orçamentária deve ser realizada no momento oportuno da aquisição, sendo de responsabilidade do órgão requisitante a comprovação da disponibilidade de recursos.

**Item 22.** *Foram elaborados documentos de oficialização da demanda, estudos técnicos preliminares e mapa de riscos. São documentos de natureza essencialmente técnica, razão pela qual apenas se recomenda que se verifique se atendem às disposições constantes nos artigos 21 e seguintes da IN SLTI 05/2017 e na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40, DE 22 DE MAIO DE 2020 e nos respectivos Anexos.*

**Resposta:** Os documentos foram elaborados em estrito atendimento às disposições constantes nas regulamentações supracitadas. É importante frisar que o órgão gerenciador sugere que cada um dos órgãos participantes elabore seus próprios ETPDs e as suas estimativas de quantitativos com as devidas justificativas, e anexem esses documentos ao termo de concordância com o objeto a ser licitado, em atendimento ao Art. 5º, inciso V do Decreto nº 7.892/2013.

**Item 23.** *Nos estudos preliminares, recomenda-se especial atenção ao conteúdo obrigatório previsto no §2º do art. 7º da IN 40/2020, bem como ao disposto no art. 5º: evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução dentre as possíveis, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.*

**Item 24.** *Nesse sentido, recomenda-se seja observada a seguinte orientação do Tribunal de Contas da União: [...]*

**Resposta:** O conteúdo obrigatório do ETPD foi preenchido integralmente, sendo que a solução foi elaborada e proposta pela equipe técnica responsável pela SRP.

**Item 25.** *É importante, ainda, que haja estudo de demanda para estimar as quantidades de cada item, consignando-as no instrumento convocatório. Ainda que haja dificuldade em sua prévia definição, a estimativa tem por finalidade fazer com que as propostas possam ser formuladas o mais próximo possível do valor de mercado. Nesse sentido, recomenda-se a leitura dos seguintes julgados do Tribunal de Contas da União, com destaques nossos: [...]*

**Resposta:** Está apontado no Estudo Técnico Preliminar Digital que as informações não contempladas (estimativa de quantidades e valor estimado total para a contratação) dependeriam da Manifestação de Interesse das unidades, que ocorreria em fase posterior à elaboração do documento.

**Item 28.** *De todo modo, caso tenham sido feitas alterações além das adequações ao objeto da contratação, solicito que constem tais informações nos autos, com justificativas e posterior retorno a esta Procuradoria.*

**Resposta:** Não se aplica, pois o modelo utilizado é o atualizado pela AGU.

**Item 29.** *No que se refere à definição do objeto, identificado no termo de referência, recomenda-se que a área técnica responsável por sua elaboração verifique se foram efetivamente observadas as orientações contidas na Súmula 177, do Tribunal de Contas da União: [...]*

**Item 31.** *Aliás, é de se mencionar que havendo referência à marca de produtos, a indicação deve ser devidamente justificada se absolutamente necessária e, caso a referência seja apresentada apenas para identificação do objeto, deve ser acrescida a possibilidade de apresentação de produto similar, equivalente ou de melhor qualidade. Ademais, a descrição não deve ser tão detalhada a fim de configurar distinção de marca por via transversa (Acórdão n.º 1.861/2012- Primeira Câmara, TC 029.022/2009-0, rel. Min. José Múcio Monteiro, 10.4.2012. Número do Informativo: 101).*

**Resposta:** Consta descrição breve e clara dos materiais a serem adquiridos, sem direcionamento específico de marca. Ainda que haja indicação de marca, aponta-se a aceitabilidade de itens similares ou superiores aos indicados.

**Item 33.** *Nos termos dos incisos II e III do art. 9º do Decreto 7.892/2013, o termo de referência deve prever a estimativa das quantidades a serem adquiridas, pelo órgão gerenciador e órgãos participantes e por órgãos não participantes (observado, quanto a estes, o disposto no § 4º do art. 22).*

**Item 34.** *A esse respeito, veja-se que no Acórdão nº 9074/2020 - TCU - 1ª Câmara, a Corte de Contas determinou ao IFSP a necessidade de adoção de medidas internas para fazer constar as quantidades que efetivamente se pretende adquirir: [...]*

**Resposta:** A estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gerenciador e órgãos participantes consta no documento "Relatório: Relação de Itens - Divulgação de Compras" do processo supracitado. A estimativa de quantidades a serem adquiridas por órgãos não participantes está de acordo com o Decreto 7.892/2013, isto é, o dobro das quantidades estimadas para cada item. Lembrando que também consta no Apêndice I do Termo de Referência, de forma compilada, a estimativa total dos quantitativos apresentados na manifestação de interesse das unidades participantes. Tais quantitativos devem estar justificados nos Estudos Técnicos Preliminares Digitais dos órgãos participantes, os quais sugerem-se ser publicados pelo órgão responsável pela sua elaboração.

**Item 35.** *Quanto ao critério de julgamento, deve a Administração observar a regra contida no art. 15, IV, da Lei nº 8.666/93 de que a licitação deve ser por item, caso o objeto seja divisível. Nesse sentido, a Súmula 247 do TCU: [...]*

**Resposta:** Consta como critério de julgamento, no edital, o menor preço por item.

**Item 41.** *Quanto ao orçamento, devem ser estimados os custos unitários e total da contratação por servidor devidamente identificado nos autos.*

**Item 43.** *Recomenda-se, no entanto, quanto à pesquisa de preços realizada, que se verifique se os bens e valores encontrados são contemporâneos e servem efetivamente como parâmetro de comparação com os que ora se pretende contratar. Recomenda-se, ainda, que se verifique se a pesquisa efetivamente observa os parâmetros instituídos pela Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, da Secretária de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, que segue a linha do entendimento do Tribunal de Contas da União, constante do Acórdão 1445/2015-P: [...]*

**Item 44.** *Ainda na esteira do entendimento do Tribunal de Contas, a redação da IN 73/20 (art. 3º, inciso V) prevê que a análise da pesquisa deve constar de análise crítica do servidor responsável por sua realização: [...]*

**Item 45.** *Assim, a pesquisa de preços não poderá ser aceita caso sejam considerados valores que destoem muito da média do mercado. Nesse sentido, também já decidiu o TCU: [...]*

**Resposta:** Conforme apontado no documento "OFÍCIO N.º 5/2022 - DAI-PRX/PRO-EXT/RET/IFSP" (análise crítica da pesquisa de preços), a pesquisa de preços foi feita de acordo com a legislação vigente.

**Item 46.** *Quanto à minuta de Edital, com relação à participação, a regra de exclusividade ou preferência na contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, a menos que haja justificativa em contrário, deve ser feita em consonância com o entendimento esposado no*

*Parecer nº 01/2013/GT/Portaria nº 11, de 10 de agosto de 2012, cuja conclusão colaciona-se adiante, o qual foi devidamente aprovado pelo Consultor-Geral da União Substituto mediante o Despacho nº 296/2013: [...]*

**Resposta:** Consta no Termo de Referência (item 1.2) a justificativa para não adoção de cota reservada para ME/EPP para materiais ou grupos/lotes cujo valor total seja igual ou superior a R\$ 80.000,00.

**Item 51.** *Verifica-se da Ata de Registro de Preços que a Administração optou por admitir a adesão de entidades não participantes. Neste ponto, vale ressaltar que o Tribunal de Contas da União entende que o órgão gerenciador do Registro de Preço deve justificar previsão edilícia de adesão à ata por órgãos ou entidades não participantes ("caronas") dos procedimentos iniciais, uma vez que a adesão seria uma possibilidade anômala e excepcional, e não uma obrigatoriedade a constar necessariamente em todos os editais e contratos regidos pelo Sistema de Registro de Preços (Acórdão n. 2037/2019 - Plenário).*

**Item 52.** *Recomenda-se que se observe, ainda, que a justificativa para permitir a adesão de não participantes deve ser específica, lastreada em estudo técnico referente ao objeto licitado e devidamente registrada no documento de planejamento da contratação. Nesse sentido: [...]*

**Resposta:** Consta possibilidade e regras no item 4 da Minuta de Ata de Registro de Preços (Anexo II do Edital). Fica a cargo do requisitante pela adesão a comprovação da vantajosidade econômica, a solicitação e concordância quanto ao fornecimento junto à empresa beneficiária da Ata, a observância do cumprimento de todas as obrigações contratualmente assumidas e eventuais aplicações de penalidades, além da prestação de informações para o IFSP em caso de descumprimento de cláusulas contratuais. Tal previsão de adesão visa a economia em escala e maior participação de outros órgãos da administração pública; assim, a SRP pode ser mais atrativa do ponto de vista mercadológico e ter maior participação de fornecedores, maior competitividade e, conseqüentemente, menor preço ofertado.

**Item 55.** *Caso não tenham sido utilizadas as minutas previamente aprovadas pela AGU, ou caso nelas tenham sido feitas alterações, solicito que constem tais informações nos autos, acompanhadas das respectivas justificativas, e que os autos retornem posteriormente a esta Procuradoria para análise, em cumprimento ao disposto no §1º do art. 35, da In 05/2017.*

**Resposta:** As minutas utilizadas no processo supracitado são as previamente aprovadas pela AGU.

Adriane Zangiacomo Foligno

Coordenadoria de Gestão de Registro de Preços

*(assinado eletronicamente)*

Documento assinado eletronicamente por:

- **Adriane Zangiacomo Foligno, COORDENADOR - FG1 - CGRP-PRA**, em 15/06/2022 15:31:23.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 15/06/2022. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsp.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 364537

Código de Autenticação: a1607c2894



OFCIO N.º 19/2022 - CGRP-PRA/DALC-PRA/DLA-PRA/PRO-ADM/RET/IFSP

RUA PEDRO VICENTE, 625, CANINDÉ, SÃO PAULO / SP, CEP 01109-010

15 de junho de 2022

## Despacho:

Segue resposta ao parecer jurídico para demais encaminhamentos.

## Assinatura:

Despacho assinado eletronicamente por:

- Adriane Zangiacomo Foligno, COORDENADOR - FG1 - CGRP-PRA, CGRP-PRA, em 15/06/2022 15:34:02.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS  
GERAIS

OFICIO N° 421/2022 - MURCOCCONT (11.06.05.01.01)

N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Juiz de Fora-MG, 15 de Junho de 2022

Ofcio.pdf

Total de páginas do documento original: 4

*(Assinado digitalmente em 01/08/2022 15:52 )*

SYLVIA LORRAYNE DA COSTA GENTIL

COORDENADOR

1379852

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifsudestemg.edu.br/documentos/> informando seu número: **421**, ano: **2022**, tipo: **OFICIO**, data de emissão: **15/06/2022** e o código de verificação: **42962fdde3**